2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO**Anúncio n.º 6847-DH/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Maria Teresa Lopes Catrola, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 664/04.6GBPBL, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Emanuel Neves Esteves, filho de Fernando Costa Esteves e de Maria Madalena Neves Esteves, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Setembro de 1975, titular da identificação fiscal n.º 204177219 e do bilhete de identidade n.º 10646533, com domicílio na Rua Cônego Anacleto Pires da Silva, Rua 2, 18, 1.º, Bairro do Valongo, 6000 Castelo Branco, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 23 de Dezembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 4 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

5 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — O Escrivão-Adjunto, *Sérgio Borges*.

Anúncio n.º 6847-DI/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Teresa Lopes Catrola, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 1654/05.7TBCTX, tendo o arguido sido declarado contumaz nos autos de processo comum colectivo n.º 258/02.0PACTX do 2.º Juízo deste Tribunal, tendo posteriormente havido separação de processos, encontrando-se o primeiro pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge dos Santos Lai, filho de Nuno da Costa Lai e de Fernanda Maria da Silva dos Santos, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Novembro de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13454409 e do passaporte n.º R287007-Portugal, com domicílio na Gouverneulaand, N405 2523 Cb, Den Haag, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, com referência ao artigo 204.º, n.ºs 1 e 2, do mesmo diploma, praticado em 2 de Agosto de 2002, por despacho de 6 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

10 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — O Escrivão-Adjunto, *António Heitor*.

Anúncio n.º 6847-DJ/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Teresa Lopes Catrola, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 830/07.2TBCTX, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel Praxedes da Silva, filho de José dos Santos Silva e de Olívia de Jesus Praxedes, natural de Lisboa, Socorro, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Abril de 1957, titular do bilhete de identidade n.º 5043849, com domicílio na Avenida de Roma, 77, 3.º, direito, Campo Grande, 1700 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla qualificada, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 217.º, n.º 1, e 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição

de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

14 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — A Escrivã-Adjunta, *Dília Canais*.

Anúncio n.º 6847-DL/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Teresa Lopes Catrola, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 220/95.8TBCTX, antigo n.º 119/95, pendente neste Tribunal contra o arguido Jaime Fernandes Dos Santos, filho de Manuel Virgílio dos Santos e de Hermínia de Jesus Fernandes, natural de Bombarral, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Agosto de 1960, titular do bilhete de identidade n.º 7506465, com domicílio na Rua Brigadeiro Alberto Fernandes, 42-D, 2615-030 Alverca, por se encontrar acusado da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 15 de Junho de 1993, por despacho de 5 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal por prescrição.

14 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — A Escrivã-Adjunta, *Dília Canais*.

Anúncio n.º 6847-DM/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Teresa Lopes Catrola, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 159/06.3GBCTX, pendente neste Tribunal contra o arguido Adeleno Moreira Rodrigues, filho de Adélcio Moreira Santos e de Helena Rodrigues Moreira, de nacionalidade brasileira, nascido em 5 de Julho de 1976, com domicílio na Rua das Fontainhas, Porta 6-2.º, Fontainhas, 2750 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 10 de Maio de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — A Escrivã-Adjunta, *Dília Canais*.

Anúncio n.º 6847-DN/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria Teresa Lopes Catrola, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que fica sem efeito o anúncio de declaração de contumácia n.º 5630-DR/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, 2.º suplemento, de 22 de Agosto de 2007.

17 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — O Escrivão-Adjunto, *António Heitor*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE CASCAIS**Anúncio n.º 6847-DO/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Georgina de Almeida Costa, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 775/03.5PCCSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Orlando Jacinto Rodrigues Pais, filho de Manuel Orlando Rodrigues Pais e de Arminda Jacinta Lopes Jesus, natural de Portugal, Cascais, de nacio-